

## sob censura

# Em dois anos, 17 casos de censura judicial no País

Uma única decisão proibiu 84 veículos do Tocantins de noticiar uma investigação

**Lucas de Abreu Maia**

Nos últimos dois anos, desde que foi decretada a mordada contra o **Estado**, houve no Brasil ao menos mais 17 casos de censura judicial a veículos de comunicação, de acordo com dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ), da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Em sua maioria, a censura atinge jornais ou blogs de jornalistas na internet.

Embora em muitos casos as sentenças ou liminares responsáveis pela mordada tenham sido derrubadas em instâncias superiores, os veículos foram temporariamente proibidos de divulgar informações ou tiveram sua circulação restringida.

A decisão de maior alcance ocorreu em setembro de 2010, quando 84 veículos de comunicação do Tocantins – entre jornais, revistas, sites, emissoras de rádios e de TV – foram proibidos de divulgar notícias sobre uma

investigação do Ministério Público envolvendo o ex-governador do Estado e então candidato à reeleição Carlos Gaguim (PMDB) em um suposto esquema de fraudes em licitações. Posteriormente, o próprio Gaguim solicitou a suspensão da liminar. Em fevereiro de 2011, um ofício encaminhado pela Polícia Federal ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) revelou que a censura pode ter sido comprada. O caso está sendo investigado.

Em São Paulo, ao menos outros dois veículos, além do **Estado**, sofreram recentemente com a censura judicial. O **Diário do Grande ABC** ficou proibido, entre fevereiro e dezembro de 2010, de divulgar informações sobre o suposto descarte, pela prefeitura de São Bernardo do Campo, de carteiras escolares em bom estado de uso.

No interior, o **Diário da Região**, de São José do Rio Preto, responde desde 2009 a seis processos que tentam impedir o jornal de veicular reportagens sobre supostas irregularidades na Câmara

de vereadores da cidade. Em junho deste ano, o repórter do **Diário da Região**, Alan de Abreu, foi indiciado pela Polícia Federal, a pedido do Ministério Público, por violar o segredo de Justiça ao divulgar dados de escutas telefônicas da Operação Tamburataca, que investiga um suposto esquema de corrupção para driblar leis trabalhistas com o pagamento de propina.

**Outros casos.** Em março, a Bahia também registrou um caso de censura judicial por suposta violação de segredo de Justiça por parte da rádio Liderança FM (de Jaguarari, a 409 km de Salvador). A emissora foi proibida de veicular notícias sobre o prefeito da cidade, Antônio Ferreira do Nascimento (PT), acusado de compra de votos. Diante da repercussão negativa da decisão judicial, a Associação dos Magistrados da Bahia (Amab) negou que a ação pudesse ser encarada como censura e afirmou que a mordada visa garantir “o segredo de Justiça” no caso.

O Estado com o maior número de decisões judiciais contra a imprensa, contudo, é o Paraná. Nos últimos dois anos, ao menos dois blogs – Prosa e Política, de Fábio Pannunzio, e Blog do Esmael, de Esmael Moraes – foram proibidos de veicular textos sobre políticos do Estado.

Em setembro do ano passado, o então candidato ao governo paranaense, Beto Richa (PSDB), conseguiu que a Justiça suspendesse a divulgação de três pesquisas de intenção de voto – feitas por Datafolha, Ibope, e Vox Populi.

Embora a censura judicial presente um novo e forte obstáculo ao exercício do jornalismo no Brasil, o levantamento do **Estado** indica que outros fatores também ameaçam a liberdade de imprensa no País.

No período analisado, foram registrados ao menos 17 casos de violência física contra jornalistas e cinco processos que, embora não pedissem a censura de veículos de comunicação, visavam coibir o trabalho dos repórteres.

## CASO 1 | ABC

No dia 24 de fevereiro de 2010, o **Diário do Grande ABC** foi proibido de publicar reportagens que relacionassem o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho (PT), ao descarte de carteiras escolares. A censura só foi derrubada em dezembro.



ARI PALETA/DGABC

## CASO 2 | Tocantins

Em setembro de 2010, liminar do TRE (foto) proibiu 84 veículos de divulgar notícias sobre investigação do Ministério Público envolvendo o ex-governador Carlos Gaguim (PMDB) em um esquema de fraudes em licitações.



ADILVAN NOGUEIRA/JORNAL DO TOCANTINS

## CASO 3 | Bahia

Em março deste ano, o juiz da comarca de Jaguarari (BA) (foto) proibiu a rádio Liderança FM de divulgar informações sobre o processo movido contra o prefeito da cidade, Antônio Ferreira do Nascimento (PT), acusado de compra de votos.



TRIBUNA DA BAHIA

## CASO 4 | S.J. Rio Preto

Em junho, a PF fez várias prisões (foto) e indiciou o jornalista Allan de Abreu, do **Diário da Região**, por divulgar a operação Tamburataca, que corria em segredo de Justiça e investigava um esquema de corrupção em Rio Preto.



GUILHERME BAFFI/DIÁRIO DA REGIÃO

## Artigo

# O desafio da censura na América Latina

Ao usar os recursos do Estado para silenciar as críticas, líderes eleitos democraticamente debilitam as instituições democráticas

O medo da violência do crime organizado, a limitação imposta por decisões judiciais de cunho político e as restrições decorrentes da utilização arbitrária de recursos estatais produziram um aumento substancial do grau de censura entre os jornalistas e os veículos de comunicação na América Latina.

Em algumas regiões do México, onde o narcotráfico disputa território com as autoridades, a imprensa se encontra em estado de franca vulnerabilidade. Assassinatos, desaparecimentos, atentados a bomba, sequestros, ataques e ameaças de todo tipo estão devastando a imprensa mexicana no país sacudido pela violência.

Sem as garantias mínimas para o exercício de sua função, repórteres e publicações recorrem à censura com frequência cada vez maior. Consequentemente, o debate sobre temas de interesse pú-

blico fica truncado, a sociedade desinformada e a saúde da democracia se deteriora. Em Honduras, foram assassinados 12 jornalistas desde março de 2010, numa onda de violência sem precedentes contra a imprensa que se agrava pela falta de reação das autoridades e pela impunidade.

Mas a violência não é o único fator que fomenta um clima propício à censura. A crescente intolância das autoridades do Equador às críticas a sua gestão expressas na mídia levou o governo do presidente Rafael Caldera a adotar medidas que tendem a promover a autocensura. A recente sentença contra o jornal *El Universo* – três de seus diretores e o editor de opinião condenados a três anos de prisão e ao pagamento de multas em um total de US\$ 40 milhões – marcou um grave retrocesso para a liberdade de expressão. O presidente Correa está utilizando leis

obsoletas para calar a imprensa que critica sua gestão.

Na Venezuela, a campanha de assédio sistemático movida pelo governo do presidente Hugo Chávez contra a imprensa privada levou a uma revogação de licenças de rádio e televisão e à perseguição de jornalistas críticos, em um clima de forte intimidação cujo objetivo é a repressão da dissensão.

Ao utilizar de forma arbitrária os recursos do Estado para silenciar as críticas e controlar o fluxo das informações, líderes escolhidos democraticamente – como os presidentes Chávez e Correa – estão debilitando as instituições democráticas. E suas campanhas de desprestígio contra os críticos visam a minimizar a influência da imprensa.

\* JORNALISTA, COORDENADOR PARA A AMÉRICA LATINA DO COMITÊ PARA PROTEÇÃO DOS JORNALISTAS, NY



CARLOS LAURIA

## Na Argentina, 'Clarín' enfrenta cruzada do governo Kirchner

**Ariel Palacios**  
CORRESPONDENTE | BUENOS AIRES

Jornais e canais de TV argentinos têm enfrentado escuta telefônica de jornalistas, corte da publicidade oficial nos meios de comunicação não alinhados ao governo, piquetes de sindicatos aliados de Cristina Kirchner nas por-

tas das gráficas dos jornais para impedir a saída de exemplares, além de blitze injustificadas da Afip, a Receita Federal argentina.

Entre todos os meios de comunicação não alinhados, o governo Kirchner escolheu como principal alvo o jornal *Clarín*, que entre 2003 e 2008 havia sido seu aliado. Segundo o governo, o jor-

nal, com ruralistas e empresários, está por trás de suposta “tentativa” de golpe de Estado.

Nestor Kirchner – considerado até sua morte, em outubro passado, o verdadeiro poder no governo da mulher – desencadeou uma campanha para convencer a opinião pública de que a dona do jornal, Ernestina Herrera de Noble, era protagonista do sequestro de bebês de desaparecidos da ditadura. Seus filhos adotivos, Marcela e Felipe, segundo o governo, eram filhos de

casais torturados e assassinados pelo regime militar. Exames de DNA, no entanto, finalmente comprovaram que os irmãos Nobles – nascidos oficialmente entre março e julho de 1976 – não são os bebês sequestrados.

Enquanto os meios de comunicação críticos sofrem pressões, aliados de Cristina Kirchner começaram a comprar canais de TV, jornais e rádios. A oposição diz que o governo está fortalecendo sua própria estrutura de comunicação com empresários aliados.

Um dos fundamentos de uma democracia forte é a liberdade de imprensa. Pelo que sei sobre o caso do ‘Estado’, havia base factual para as denúncias. Acho (a censura) um déficit democrático. O Judiciário deveria proteger mais a imprensa e tomar o lado do cidadão, não o lado do político”

GREGORY MICHENER, CIENTISTA POLÍTICO CANADENSE



FABIO NOTTA/AE-2011/2011